PROJETO DE LEI Nº 299/2024

Poder Executivo

Altera a Lei nº 15.228, de 25 de setembro de 2018, que dispõe sobre a aplicação, no âmbito da Administração Pública Estadual, da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.

Art. 1º Na Lei nº 15.228, de 25 de setembro de 2018, que dispõe sobre a aplicação, no âmbito da Administração Pública Estadual, da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências, no art. 37, fica alterada a redação do “caput”, conforme segue:

“Art. 37. Fica estabelecida a exigência do Programa de Integridade às empresas que celebrarem qualquer contrato com a Administração Pública Estadual cujo valor estimado seja superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) e o prazo seja igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias.

...”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O projeto de lei que ora encaminho a essa Egrégia Casa Legislativa objetiva alterar o “caput” do art. 37 da Lei nº 15.228, de 25 de setembro de 2018, que dispõe sobre a aplicação do Programa de Integridade no âmbito da Administração Pública Estadual de que trata Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências, de modo a estabelecer que a aplicação de tal programa se dê para as empresas cujo valor estimado dos contratos seja superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) e o prazo seja igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias.

A Lei nº 15.228/18, mais conhecida como “Lei Anticorrupção do Estado do Rio Grande do Sul”, além de regulamentar como se daria a aplicação pelos órgãos estaduais da Lei Federal nº 12.846/13 (“Lei Anticorrupção”), no seu art. 37 criou a obrigatoriedade de Programa de Integridade às empresas que celebrarem contrato com a Administração Pública Estadual com prazo igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias e valor global superior a R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos e trinta mil reais) para obras e serviços de engenharia, e acima de R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais) para compras e serviços.

Os valores atualmente vigentes no art. 37 se basearam na modalidade de licitação de concorrência prevista no art. 23 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, (atual Lei de Licitações e Contratos). No entanto, tal referência perdeu seu objeto, pois essa Lei Federal foi

revogada em dezembro de 2023, conforme art. 193 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos). E essa nova Lei não prevê mais valores para a modalidade de concorrência, porém ela traz uma regra semelhante à da Lei nº 15.228/2018, dispondo que o licitante vencedor será obrigado a implantar Programa de Integridade nas contratações “de grande vulto” (art. 25, § 4º). No âmbito da União Federal, os contratos de grande vulto correspondem ao valor estimado superior a R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais).

De outra parte, o Supremo Tribunal Federal – STF considera constitucionais e alinhadas ao interesse público as leis de outros entes federativos que estabeleçam como valores de grande vulto montantes mais adequados à dimensão econômica e orçamentária do próprio ente público (RE 1410340/SP J. 28/04/23), o que já vem ocorrendo, por exemplo, com unidades da Federação como Pernambuco (R\$ 10.000.000,00) e Distrito Federal (R\$ 5.000.000,00), as quais possuem orçamentos menores que o nosso Estado. O próprio o Município de Porto Alegre exige Programa de Integridade apenas para contratos com valores maiores de R\$ 5.000.000,00 anuais ou de R\$ 2.500.000,00 para contratações com prazos inferiores a 180 (cento e oitenta) dias.

Nessa senda, os atuais limites previstos no “caput” do art. 37 da Lei nº 15.228/18 (R\$ 3.300.000,00, para obras e serviços de engenharia, e acima de R\$ 1.430.000,00 para compras e serviços) são inadequados para a realidade orçamentária do Estado, razão pela qual propõe que seja estabelecido o montante mínimo de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) aplicável a todas as avenças. Tal montante foi obtido por estudos promovidos pela Contadoria e Auditoria Geral do Estado, que em simulação feita com base nos dados dos contratos de 2022 do Portal da Transparência selecionou um número de empresas sujeitas à exigência cuja avaliação aprofundada seria viável (33 empresas) e que corresponde a uma parcela bastante representativa dos valores dos contratos com prazo acima de 180 (cento e oitenta) dias (68,41% do valor total).

Outrossim, define nesta proposição um só valor para aplicação da exigência, ao invés de um valor para contratos de obras e serviços de engenharia e outro para os demais contratos, de modo a tornar mais clara a verificação da incidência dessa obrigação.

Portanto, o aumento do limite ora proposto, além de se coadunar com o entendimento da Jurisprudência do STF, busca reduzir o número de empresas contratadas submetidas a essa exigência para se permitir um exame mais aprofundado do Programa de Integridade daquelas enquadradas na Lei e obter um grau de garantia maior de que tais empresas possuem mecanismos efetivos de prevenção, detecção e resposta a riscos de atos lesivos à Administração Pública Estadual. Com essas alterações, restará aperfeiçoada a aplicação da Lei Anticorrupção Estadual, assegurando um efetivo instrumento de prevenção e combate à corrupção demandado pela sociedade.

Estas são as razões que justificam a presente proposição.

OF.GG/SL - Porto Alegre/RS.

Excelentíssimo Senhor Deputado ADOLFO BRITO,
Presidente da Assembleia Legislativa,
Palácio Farroupilha,
NESTA CAPITAL.

Senhor Presidente:

Dirijo-me a Vossa Excelência para encaminhar-lhe, no uso da prerrogativa que me é conferida pelo artigo 82, inciso III, da Constituição do Estado, o anexo Projeto de Lei que altera a Lei nº 15.228, de 25 de setembro de 2018, que dispõe sobre a aplicação, no âmbito da Administração Pública Estadual, da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências, a fim de ser submetido à apreciação dessa Egrégia Assembleia Legislativa, no regime de urgência previsto no artigo 62 da Carta Estadual.

A justificativa que acompanha o expediente evidencia as razões e a finalidade da presente proposta.

Atenciosamente,

EDUARDO LEITE,
Governador do Estado.